



PONTOS
CONTRA

* Mestre em Educação
pela UNICID.
Licenciado em
Filosofia pela PUC-SP.
Membro da diretoria da
Associação Brasileira de
Educadores Lassalistas
(ABEL). E-mail: *roque.
amorim@lasalle.org.br*

SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O DESAFIO DA ÉTICA E DA MORAL¹

TEACHER TRAINING AND THE CHALLENGE OF ETHICS
AND MORALITY

Correspondência:
Rua Santo Alexandre,
93 – Vila Guilhermina.
São Paulo/SP. CEP:
03542-100

Roque do Carmo Amorim Neto*

Resumo

O artigo apresenta, inicialmente, um panorama descritivo das conseqüências do relativismo ético e do eclipse da moralidade, tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista filosófico. Em seguida, a partir da definição de ética e moral assumida por Yves de La Taille, o texto apresenta algumas inferências possíveis sobre a concepção de ética, presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia. Finalmente, são apresentadas algumas perspectivas que a discussão sobre ética e moral pode assumir na Educação e, especificamente, na formação de professores.

Abstract

Firstly, this article gives a descriptive overview of the consequences of ethical relativism and moral decline, from both social and philosophical perspectives. Secondly, based on the definition of ethics and moral of Yves de La Taille, it presents some possible inferences on the concept of ethics, present in the National Curricular Guidelines for Graduate courses in Pedagogy. Finally it presents some perspectives on the role of ethical and moral discussion in the Education, focusing, more specially, on its role in teacher training

Palavras-chave

Ética. Formação inicial do professor. Moral.

Key words

Ethics. Initial teaching training. Morality.

Artigo recebido em
09/09/2008
Aprovado em
29/10/2008



PONTOS CONTRA

Discutir ética e moral, em qualquer área da ação humana hoje, apresenta-se como um desafio. Em se tratando da educação e, especificamente, da formação de professores, um desafio com proporções ampliadas. Isso se deve não apenas pela emergência do chamado “homem light”, expressão do relativismo ético, ou ainda, pela gradual extinção do termo “moral”. Também se deve à própria complexidade do processo de formação do professor que exige muito mais do que somente uma abordagem técnico-intelectual e instrumental.

No Brasil, a normatização para o preparo ao exercício da docência, a Resolução do Conselho Nacional de Educação, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia e licenciatura, situa a formação de professores numa perspectiva integradora, que visa formar sujeitos éticos e comprometidos com a construção de uma sociedade realmente justa.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia levam em conta o atual contexto da sociedade humana, quando fazem referência ao agir ético e aos princípios éticos; o que ocorre, diversas vezes, como um objetivo a ser alcançado. Isso desencadeia inúmeras possibilidades de ação, especialmente, nas instituições de ensino superior. Atualmente, ao refletir sobre a formação de professores, torna-se possível ultrapassar a polarização dicotômica entre, por exemplo, teoria e prática, formação pessoal e formação profissional.

Partindo de uma abordagem hermenêutica - que possibilite algumas inferências e também a atribuição de sentidos -, o objetivo deste artigo é apresentar os elementos que circundam a formação inicial de professor, especialmente através das diretrizes do Curso de Pedagogia, do ponto de vista da ética e da moral, a fim de identificar quais as conseqüências e desafios que emergem, nesta formação em particular, tendo em vista o exercício de precisão conceitual dos termos ética e moral.

Do relativismo ético ao eclipse da moral

A emergência do “homem light”, identificada por Enrique Rojas (2004), dá-se baseada na tetralogia niilista: hedonismo, consumismo, permissividade e relativismo.

O hedonismo, aqui, é compreendido como ideologia e comportamento do “sentir-se bem, custe o que custar”. Esta ideologia tem sido levada ao extremo,





PONTOS
CONTRA

chegando à perda de ideais e de sentido para a vida, numa busca compulsiva de novas e excitantes sensações. Portanto, ao considerar esta busca como a finalidade da vida, tudo passa a ser permitido, numa pretensa onipotência que relativiza tudo e torna a relativização absoluta, inclusive em relação às regras de convívio social. Hedonismo, permissividade e relativismo são embalados pelo consumo; desse modo, parece existir um novo mandamento praticado, diariamente e com frenesi, nos seus templos, os shoppings: “você é tão valioso, amado e estimado, quanto o seu poder de aquisição”.

A vida do planeta encontra-se em risco em função deste consumo irresponsável: crise de energia, secas, inundações, inversão climática, fome, imigrações... E, diante disso, parece descabido que os medidores de riquezas das nações estejam baseados em sua capacidade de consumo. Não se trata apenas de consumir, mas de consumir produtos light. Pior, não se trata apenas de ingerir estes produtos, trata-se de levar uma vida light: superficial, sem conteúdo, sem sentido, na qual o importante é sentir-se bem e aproveitar o momento com frivolidade. As conseqüências disso vêem-se disseminadas entre as várias faixas etárias, não apenas entre jovens e adolescentes.

O habitat natural do “homem light” é a sociedade do espetáculo, na qual não há tempo para a consistência intelectual ou para a reflexão. O alimento intelectual e ideológico é bastante frágil, não havendo necessidade de refletir sobre coisa alguma, pois o que conta é aquilo que chama a atenção, o que atrai é ser divertido, o ideal é ter um comportamento ousado, é ser considerado “chocante”. É neste contexto que a moda, embora passageira, é definidora da conduta de tantas jovens anoréxicas ou bulímicas, e o corte de cabelo de uma “celebridade”, como um valor, é comentado e imitado, imediatamente, em todos os continentes.

Na sociedade do espetáculo e do entretenimento, regida pelo “homem light”, está disseminada a cultura do zapping, que tenta abarcar tudo sem se interessar por nada. Como naquele costumeiro exercício de passear por vários canais televisivos, sem prestar atenção verdadeira em nenhum deles; olha-se tudo sem real interesse, nada prende a atenção. Uma silenciosa celebração ao tédio.

Outra vertente desta cultura está no mundo virtual, possibilitando uma interatividade ainda maior do que a do controle-remoto, mas mantendo um útil anonimato que pode ser usado de forma, muitas vezes, destrutiva. A gravidade das proporções a que este anonimato chega pode ser mostrada em um único exemplo: o adolescente brasileiro, Vinícius Gageiro Marques, de 16 anos, incitado ao suicídio, teve morte acompanhada





PONTOS
CONTRA

via Internet, em tempo real, por pessoas de diversos países. Isto, porque, segundo Eliane Brum e Solange Azevedo (2008, p. 84): “na internet, qualquer um pode exercer seu sadismo, protegido pelo anonimato, na certeza da impunidade. Basicamente, a idéia é: ‘Se ninguém sabe quem eu sou, não só posso ser qualquer um, como posso fazer qualquer coisa’”. É a barbárie das ruas que invade, apenas pelo barulho dos toques no teclado, o lar de qualquer pessoa com acesso ao mundo virtual.

Nesta sociedade, a relação sexual também pode acontecer sem amor e sem responsabilidade. O outro é apenas mais um objeto para a gratificação pessoal: consome-se o outro e também o sexo. Se, por um lado, algumas demonstrações sexuais podem ser a expressão erótica da hostilidade e mesmo do ódio (STOLLER, 1978), por outro, elas também podem ser marcadas pela indiferença; pois, assim como é possível fazer compras sem sair de casa, o sexo pode ser feito via Internet, sem qualquer sentimento. É uma busca autodestrutiva de si mesmo, desprovida de amor, pois “o amor faz com que a sexualidade descentre de si mesma para se concentrar no outro, a fim de fazê-lo feliz e, juntos, viverem um encontro. Vigora um altruísmo fundamental, imprescindível para o amor-a-dois” (BOFF; MURARO, 2002, p. 41).

Nesta dinâmica, aparentemente tão inofensiva, a vida humana é reificada e compreendida como um produto não apenas light, mas também diet e soft. Em função disso, é destituída de seu valor intrínseco, a tal ponto que a onda de violência, protagonizada por jovens de classes abastadas, e o abandono de recém-nascidos em rios, lagos e lixeiras nos grandes centros, nada mais são que uma conseqüência de todo este quadro. Desta forma, contemplam-se, de um lado, os avanços tecnológicos, os progressos da medicina, a energia nuclear, os “factóides” diários envolvendo as jovens ricas, famosas e “drogaditas” de Los Angeles e, do outro lado, crianças sem acesso à escola e mulheres grávidas ou idosas que, diariamente, caminham quilômetros com uma lata de água na cabeça, para garantirem a sobrevivência da família. Assim, verifica-se que o ser humano, realmente, encontra-se em um momento decisivo na história da humanidade e do planeta. Perplexo, ele se vê diante de uma grande encruzilhada, como propõe Comparato (2006, p. 410): “havendo assumido a pilotagem do processo evolutivo do planeta, em que rumo o homem irá afinal conduzi-lo: no sentido da plenitude da Vida, ou reversivamente, em inesperada involução, na direção da Morte?”.

Apesar dessa descrição, é notável o uso exacerbado da palavra “ética”, com ou sem sentido. A palavra “ética” reina absoluta no campo do senso comum. “É chique ser



PONTOS
CONTRA

ético”. Cobrar ética dos outros confere ao reclamante um ar de engajamento ou mesmo de intelectualidade. Entretanto, o uso exagerado da palavra, paradoxalmente, aponta para a ausência de sua prática. Se no espaço do senso comum, pela carência, fala-se bastante em ética; no meio acadêmico, a ética e a moral, como corrobora Nicola Abbagnano (2007, p. 451), também têm despertado “o maior interesse e as maiores discussões”.

É certo que existem inúmeros modelos teóricos de ética e moral. Aliás, o uso e o significado desses termos, mesmo no meio acadêmico, variam bastante. Entre os diversos modelos teóricos recentes advindos da Filosofia, pode-se citar a ética como a relação com o outro, de Lévinas, passando pelo neo-utilitarismo de Hare; ou mesmo pelo comunitarismo de MacIntyre; pelo neo-aristotelismo de Arendt e Gadamer; pelo pós-kantismo de Apel e Habermas; ou, ainda, pela Ética da Libertação de Enrique Dussel.

Adela Cortina (2007) chama a atenção para o risco do divórcio entre ética e moral, ou seja, para separação entre eles, ocasionada pela extinção da última. Segundo a autora, os próprios estudiosos estão empenhados em extingui-la, deixando a ética privada de seu objeto e esvaziada de sentido, uma vez que ela perdeu seus antigos supostos, a saber: a metafísica e a religião. Esta corre o risco de degenerar em ética sem valor, o que parece ser o ideal da atual ciência objetiva. E isto significaria falar da moral desvinculada de valores, o que levaria ao intelectualismo moral, sem qualquer relação com as atitudes e os comportamentos humanos. De acordo com Cortina, esse ponto de vista é inconsistente, porque a moral tem a ver com a dimensão volitiva e de tomada de decisões, nas quais se expressa a virtude ética e não apenas dianoética. Os estudiosos, desde esta perspectiva, estão gerando uma ética sem moral, quando atribuem à religião, à arte e às ciências a responsabilidade pela busca da vida feliz; e atribuem ao direito e à política a legitimação das normas e a formação da vontade.

Esse esvaziamento moral que acontece com a Ética, para Cortina (ibidem, p. 22-23), é infundado e não tem motivo de ser:

Mientras los hombres, (...), sigamos viéndonos obligados a justificar nuestras elecciones, porque el ajustamiento a la realidad no nos viene dado. Mientras sigamos calificando a determinadas justificaciones de ‘justas’ o ‘buenas’ frente a otras (...). Mientras ‘esto es justo’ o ‘esto es bueno’ siga significando algo diferente de ‘apruebo esto, haga usted lo mismo’ o de ‘a mí me agrada’; mientras unas formas de vida sigan pareciéndonos más humanas que otras,

seguirá habiendo una dimensión del hombre, de su conciencia y de su lenguaje, que merecerá por su especificidad el nombre de 'moral'.

Se desde o campo da Filosofia, conforme Cortina, não apenas se tem abandonado a moral, mas até se busca sua dissolução em diferentes áreas do conhecimento, desde o campo da Psicologia e, mesmo, da Biologia e da Neurologia Cognitiva, o tema da moralidade e do desenvolvimento moral continuam bastante vivos e suscitando diversas pesquisas e debates.

No campo da Psicologia do Desenvolvimento, uma síntese apresentada por La Taille (2006a) mostra a existência de duas linhas teóricas, com bases epistemológicas distintas, para a compreensão da moralidade e da ética. A primeira linha teria como principais representantes Durkheim e Freud. Para este, a moralidade é explicada pela afetividade, o que, inevitavelmente, afirma a heteronomia moral dos indivíduos. Já para Durkheim a moral humana está determinada pela obediência absoluta aos mandamentos da sociedade, lembrando que, para Freud, o comportamento moral do ser humano escapa à sua intencionalidade e ao seu controle, pois são inconscientes. Esta linha teórica sustenta, assim, o relativismo antropológico, por meio do qual se entende que existem vários sistemas de valores e que não há nenhum critério para legitimar um em detrimento do outro; não podendo, portanto, haver moral universal.

A segunda linha tem como representantes Piaget e Kohlberg (1992), que entendem a moral humana a partir da racionalidade, possibilitando a autonomia. Para Piaget, o ser humano vai da anomia para a autonomia, passando pela heteronomia. E, para Kohlberg, a existência de seis estágios explicaria melhor a passagem possível da heteronomia à autonomia, mesmo concluindo que a maioria das pessoas adultas não atinge os estágios mais altos. Pensar as possibilidades de autonomia da moral implica considerar a liberdade como condição essencial para a moral. Para Piaget e, em especial para Kohlberg, o desenvolvimento moral tem como finalidade o ideal da justiça.

Definição de Moral e de Ética

Yves de La Taille (2007) distingue moral e ética através de perguntas existenciais. Para a moral, a pergunta a ser feita é “como devo agir?”. Ou seja, a moral diz



PONTOS
CONTRA

respeito aos deveres e “regra os princípios inspirados pelos ideais de dignidade, de justiça e de generosidade”.

La Taille (2006) apresenta o plano moral, observando que existe em todas as pessoas um sentimento de obrigatoriedade, que é a expressão da moralidade humana. Este sentimento de obrigatoriedade faz com que algumas pessoas não apenas cumpram os deveres, juridicamente prescritos pela lei para evitar uma punição (já que o não-cumprimento implicaria crime), como realizam outros deveres sem aparato jurídico. Portanto, tendo em vista que estes correspondem a expectativas sociais, cumprem deveres auto-escolhidos ou auto-impostos. A moralidade supõe a execução de um ato, independente das conseqüências, pelo agir corretamente dado pelo sentido de obrigatoriedade. Há pessoas que têm um senso de dever em relação às situações, sem que haja coação externa e em relação às quais não há interesses pessoais.

Penso em Gandhi em sua luta pela liberdade, em Martim Luther King em sua luta pela justiça, nos resistentes franceses que arriscavam suas vidas (e a se verem submetidos às piores torturas) para ajudar judeus a escapar dos campos de concentração nazistas, nos médicos que abandonam seu conforto civilizado para, em lugares inóspitos e perigosos, ajudar necessitados em várias regiões do mundo. (LA TAILLE, 2006, p. 31).

Todavia, ele alerta que a existência do sentimento de obrigatoriedade não significa dizer que as pessoas saibam sempre como agir, pois há situações em que alguns valores contrapõem-se e exigem uma tomada de decisão, uma opção axiológica. Nestes casos, aquele que sente dúvida lança-se em uma busca sincera e criteriosa de razões, para um posicionamento, moralmente mais sofisticado do que aqueles que seguem, automaticamente, a decisão de outros. Portanto, dizer da existência do sentimento de obrigatoriedade não significa dizer que sempre se saberá o que seguir. O que levaria, segundo o autor, a uma conclusão comum entre Freud e Piaget que, na sociedade, a moral prevalecente é a heterônoma. Este posicionamento também é corroborado por Gilles Lipovetsky, que fala de uma época “pós-moralista”, em que a sociedade atual, marcada pelo individualismo, prioriza o prazer em relação ao dever, situação descrita ao se falar da emergência do “homem light”. Contudo, não se trata tanto do sentimento de obrigatoriedade ser mais ou menos freqüente, mas de ele ser mais intenso, a ponto de inspirar ações morais. As pessoas virtuosas seriam aquelas para as quais o sentimento de obrigatoriedade as impulsiona a agirem de forma justa e generosa, apresentando-se mais forte do que as outras inclinações.

Já a definição de ética está relacionada à pergunta “que vida eu quero viver?”. O plano ético define-se pela busca da vida boa, da felicidade. O que remete à dimensão





PONTOS
CONTRA

da subjetividade, no sentido de que a pessoa só se considerará feliz, sentindo-se feliz, isso porque “o plano ético é ocupado por avaliações pessoais a respeito de se estar vivendo, ou não, uma ‘vida boa’”. (idem, p. 37).

La Taille aponta para a dimensão da temporalidade e, recorrendo a vários filósofos - especialmente a Aristóteles e Paul Ricoeur -, afirma que a felicidade não pode ser compreendida pelo aglomerado de pequenos momentos de gozo, mas transcende o aqui e o agora, pois a avaliação pessoal de felicidade é dada pelo sentido que cada sujeito dá à sua vida e isto leva em consideração o passado, o presente e o futuro da pessoa. Não apenas os fugazes e momentâneos instantes de prazer.

O fato de a felicidade estar relacionada ao sentido dado à própria vida leva à conclusão de que a pergunta ética “como viver?”, implica “para que viver?”. O que não é um ponto pacífico, especialmente nos tempos atuais em que, segundo dados da ONU, a maior causa de mortes é o suicídio, superando inclusive o somatório das mortes causadas por crimes e guerras. Some-se a isso o fato de que o suicídio acontece em função de um vazio existencial, com maior frequência nos países ricos, onde existem as melhores condições de vida. Em função disso, a frequência de sua prática alerta para o fato de que a busca de um sentido para a vida continua sendo um tema importante para a humanidade.

Um quarto elemento que caracteriza o plano ético, além dos já citados “avaliação pessoal”, “temporalidade” e “sentido existencial”, é que a natureza do homem tende à expansão do seu eu, à busca de horizontes novos e mais amplos, à superação de si mesmo, à autotranscendência, como já afirmávamos em outro trabalho (AMORIM NETO, 2007). Próprio do ser humano é vencer dificuldades, é superar os seus limites. La Taille (2006, p. 46) oferece dois exemplos que mostram isto: “a gagueira de Demóstenes e os problemas de audição de Beethoven (...) mostram que superar os próprios limites é fonte motivacional essencial”.

Logo, a ética como pergunta sobre a vida com felicidade implica um valor subjetivo a ela atribuído e que supõe um sentido existencial para o sujeito expandir-se, transcender-se. E estas implicações devem ser consideradas se a resposta à pergunta ética é uma vida pautada pela fama e pela opulência, ou se é uma vida - como propunha Aristóteles - marcada pela vivência das virtudes, especialmente a mais importante delas, a justiça.



PONTOS
CONTRA

Estabelecendo relações

De modo simples, pode-se dizer que ética e moral são inseparáveis e complementares, porque é difícil falar de vida boa sem se falar dos deveres em relação a ela. Moral e ética são complementares no sentido de que “somente merece o nome de ética um projeto de vida que inclua a dimensão moral; portanto, o respeito pela dignidade alheia e pela justiça” (LA TAILLE, 2007). Da mesma forma que só faz sentido seguir deveres e obrigações, caso estejam implicados em um projeto de vida, o qual dê sentido e que permitam à pessoa a superação de seus limites. Isso implica a constatação do plano moral estar essencialmente ligado ao plano ético, de tal modo que a discussão dos comportamentos morais dependa da consideração do projeto ético adotado. Por sua vez, este implica uma série de deveres assumidos de forma autônoma ou heterônoma. Apesar desta constatação, verifica-se que há uma tendência generalizada, como já afirma Adela Cortina, que tende a negar a existência da moral ou mesmo a sua supressão. Para La Taille (2006), é notável o fato de que as pessoas tenham preferido falar em ética ao invés de falar de moral. Há diversas razões pelas quais, errônea ou ingenuamente, tem sido feita esta opção. Uma primeira razão seria a falta de precisão conceitual ou a adoção de um conceito distorcido do termo “moral”, sendo a ele vinculado o sentido pejorativo de “moralismo”, “rigidez” e “vigilância”.

Outra razão seriam os eventos sociais, tais como os movimentos libertários dos anos 60, que proclamavam “é proibido proibir”. Ou, ainda, eventos como os golpes militares em diversos países e que, no Brasil, entre outras expressões, assumiu o rosto pedagógico de “Educação Moral e Cívica”, que apenas contribuiu, ainda mais, para a desvalorização da palavra “moral”. Esta rechaça ao termo “moral” fez com que a palavra “ética” também fosse utilizada no sentido de dever, de seguir normas e leis. Afinal, existem códigos de ética para empresas; comitês de ética para as pesquisas acadêmicas; e até os inacreditáveis comitês de ética em instâncias políticas, como o Senado e o Congresso Nacional. A preferência pela “nobreza” da palavra “ética” tem implicado mais um moralismo, expresso por meio de regras excessivas, do que o exercício da liberdade e da autonomia.

Esta confusão conceitual também tem acontecido no meio educacional, e a referência não é ao uso dado a estas palavras em uma sala de aula qualquer, mas na própria produção de documentos de amplitude nacional, como foi o caso dos





PONTOS
CONTRA

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) em que o texto sobre Ética, como um dos temas transversais, foi concebido, na verdade, como Moral.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) apresentam um documento (um dos chamados 'temas transversais') intitulado 'Ética'. Seu conteúdo pode associar-se a uma definição de ética, pois traduz uma posição pedagógica que preza o desenvolvimento da autonomia moral. Porém, poderia muito bem se chamar de Educação Moral, porque é disso que se trata (a questão dos deveres é central). A escolha do título 'Ética' deveu-se essencialmente ao perigo político que havia em 'requestrar' os termos de uma proposta anterior bem conhecida de todos. Enquanto consultor da elaboração dos PCNS, cheguei a propor que o documento tivesse no título a referência à moral, mas fui voto vencido. (ibidem, p. 66).

Esta situação em que, por diversos motivos, o termo "ética" tem sido usado com o significado de moral não estaria presente, inclusive, nas leis que regem a formação de professores? E, mais especificamente, nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia nas quais, apesar do forte acento dado à dimensão ética, o termo "moral", simplesmente, não aparece?

A concepção de ética das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia

Sem perder de vista os méritos das Diretrizes dentro do contexto histórico da formação de professores no Brasil (AMORIM NETO, 2008) e o fato mesmo deste documento ser a expressão das pesquisas, estudos, encontros, debates e embates da educação brasileira - especialmente na pessoa dos pesquisadores e das entidades educacionais, que têm prestado grande serviço à Educação, no Brasil, ao acompanharem de perto o desenvolvimento das Políticas Públicas da Educação -, faz-se necessário um olhar mais atento sobre a dimensão ética.

A pergunta a ser respondida é "qual a concepção de ética presente nas Diretrizes?". Como dito na introdução deste artigo, não se trata, agora, da busca de uma verdade presente no documento, nem seria o caso de fazer esta pergunta a quem o elaborou, mas se trata da atribuição de sentido a este termo a partir dos elementos teóricos expostos até o momento.

Para responder a esta pergunta, tomo alguns trechos da legislação em análise, começando pelo artigo 3º, por exemplo.

Art. 3º - O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos





PONTOS
CONTRA

teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

Este artigo mostra a ética como um dos princípios que fundamentarão a prática pedagógica, o exercício profissional do estudante de pedagogia. Já o inciso I, do artigo 5º diz: “atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa e igualitária”. Um terceiro exemplo afirma que:

Art 6º, I, k) atenção às questões atinentes à ética, à estética e à ludicidade, no contexto do exercício profissional, em âmbitos escolares e não-escolares, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa.

Estes três exemplos mostram que o documento concebe a ética como algo ligado à prática, à ação, ao trabalho e ao exercício profissional como um meio para uma finalidade outra, como se pôde verificar.

Ora, seguindo o percurso teórico de Yves de La Taille (2007), que reserva à ética a pergunta “que vida eu quero viver?”, para quem o plano ético define-se pela busca da vida boa e da felicidade, deixando reservada, ao plano moral, a pergunta: “como devo agir?”, é possível verificar que, no documento em questão, o termo “ética” está relacionado diretamente à ação; além de ter sido concebido como meio para atingir uma sociedade justa, entretanto, sendo usado no lugar do termo “moral”, que diz respeito aos deveres, regras e aos princípios inspirados pelos ideais de dignidade, justiça e generosidade.

Assim como aconteceu com os PCNs, também acontece nas Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia. O termo “moral” simplesmente não aparece, muito embora seja o seu sentido atribuído à palavra “ética”. Uma das conseqüências desta troca é a contribuição para a desvalorização e o desaparecimento do termo “moral” no meio educativo e do campo filosófico, como explicitava Adela Cortina.

Considerando que a ética diz respeito a um tipo específico de vida a ser levado, no qual a pessoa encontre sentido; ao se fazer esta inversão conceitual, o documento esvazia o conceito “ética” e a si mesmo da finalidade da vida humana. Isso porque deixa de lado a sua principal indagação, para ocupar-se de regras e normas que podem nem mesmo fazer sentido, caso não estejam vinculadas a um projeto de vida.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia perdem de vista a dimensão da busca de uma vida feliz, que possa sustentar e dar sentido ao trabalho





PONTOS CONTRA

docente. Além do que a ética, no inciso I do artigo 5º, é citada como meio para a “construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária”. Entretanto, a sociedade justa, desde o ponto de vista da teoria e da prática pedagógica de Kohlberg (1992), é mais um meio para o desenvolvimento da moralidade humana que inclui outros princípios, do que um ponto de chegada do desenvolvimento humano ou de um projeto ético em vista de uma vida feliz.

O receio justificado do uso da palavra “moral”, neste e em outros documentos, gera o uso inadequado da palavra “ética”. Como consequência, perde-se um horizonte mais amplo no processo educativo e de formação do professor, posto que limita seu horizonte ao “agir correto frente às regras e normas”, em vez de ampliá-lo para um tipo de vida que dê sentido à existência do educador.

Considerações finais

Os fenômenos vivenciados pela sociedade, e também no meio filosófico, deixam suas marcas nos processos de formação dos professores e na Educação, de modo mais amplo, significando, ora uma libertação, ora uma perda de sentido, dentro do processo evolutivo da humanidade. O surgimento do “homem light” e mesmo o eclipse da moral por uma ética sem conteúdo não deixam de ser um posicionamento, embora extremado, contrário a posturas invasivas e cerceadoras que atribuíram a si o nome de moral? E que foram hegemônicas até pouco tempo atrás?

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, se olhadas desde a formação docente no Brasil, trazem significativos ganhos para a educação. Um dos maiores é a integração entre docência, gestão e pesquisa em um só curso, o que durante algumas décadas pareceu inconciliável. Isso se tornou possível, porque a elaboração do documento levou em conta todo o trabalho dos pesquisadores e das entidades que têm refletido sobre o tema, tais como ANFOPE, ANPED, CEDES e FORUMDIR, para citar algumas.

As lacunas apontadas sobre a temática da ética e da moral confirmam, no meu entendimento, o que Saviani e Junqueira Marin dizem: “o documento é, ao mesmo tempo, extremamente restrito e demasiadamente extensivo; é restrito no essencial e excessivo no acessório” (SAVIANI; JUNQUEIRA MARIN, 2007, p.

14). É inegável, entretanto, que as Diretrizes coloquem em relevo a discussão sobre moral e, de algum modo, também sobre ética; mesmo que seja pela ausência do seu significado, se considerado desde a Psicologia do Desenvolvimento.

Sobre ética e moral na formação de professores poderia ser dito mais, a partir de uma análise minuciosa desta legislação, tendo como referência a Psicologia do Desenvolvimento moral, especialmente as idéias de Lawrence Kohlberg (1997). Nessa perspectiva, novos horizontes podem ser abertos para a formação de professores e os processos educativos, se indo além de Kohlberg, a reflexão alcançar as recentes pesquisas de Jonathan Haidt (2007) sobre os cinco fundamentos da moralidade. Esta postura incluirá a reflexão sobre os desafios contemporâneos da educação, desde a discussão sobre moral e ética, até temas como a afetividade e a espiritualidade. O que foi dito até agora, sem perder seu valor, é apenas o início daquilo que, positivamente, está por vir.

Referências

- ABBAGNANO, N. Ética. In: **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 442-51.
- AMORIM NETO, R. C. Autotranscendência: um apelo à ética na formação de jovens. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO LASSALISTA, 2007, Niterói. **Textos das mesas temáticas e pôsteres**. Niterói: UNILASALLE-RJ, 2007. CD-ROM.
- _____. **Ética e Moral na formação inicial de professores**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BOFF, L.; MURARO, R. M. **Feminino e masculino: uma nova consciência para o novo encontro das diferenças**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- BRUM, E.; AZEVEDO, S. Suicídio.com. **Revista Época**, São Paulo, n. 508, p. 82-89, fev. 2008.
- COMPARATO, F. K. **Ética: direito, moral e religião no mundo moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CORTINA, A. **Ética sin moral**. Madrid: Tecnos, 2007.
- Haidt, J. The new synthesis in Moral Psychology. **Science**, v. 316, n. 5827, p. 998-1002, maio 2007. Disponível em: <<http://www.sciencemag.org>>. Acesso em: 11 fev. 2008.
- KOHLBERG, L. **Psicología del Desarrollo Moral**. Bilbao: Desclée de Brouwer, 1992.
- KOHLBERG; POWER; HIGGINS. **La educación moral según Lawrence Kohlberg**. Barcelona: Editorial Gedisa, 1997.
- LA TAILLE, Y. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.



PONTOS
CONTRA

_____. Entrevista Yves de La Taille. **Contrapontos**, Itajaí, v. 6, n. 2, p. 583-592, set/dez 2006a.

_____. Pensando a ética. **Jornal Extra Classe**, Porto Alegre, n. 111, mar. 2007. Entrevista.

ROJAS, E. **El hombre light**: una vida sin valores. Madrid: Temas de Hoy, 2004.

SAVIANI, D.; JUNQUEIRA M. **Tema em destaque**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 130, p. 13-14, jan./abr. 2007.

STOLLER, R. J. **Perversione**: la forma erotica dell'odio. Milano: Feltrinelli, 1975.

Notas

¹ O presente artigo é um recorte das indagações e conclusões dos capítulos 2 e 4 de minha pesquisa de mestrado intitulada: “Ética e Moral na formação inicial de professores”, recentemente defendida e construída sob a orientação da Prof. Dra. Margaréte Berkenbrock Rosito.